



GRUPO ESCOLAR LIONS ANHANGUERA DE ANÁPOLIS/GO: O PERFIL DAS PROFESSORAS (1969-1974)

Luzmaia Almeida de Jesus Souza¹
Sandra Elaine Aires de Abreu²

RESUMO: O presente estudo analisou o perfil das professoras do grupo escolar Lions Anhanguera (1969-1974), nos seguintes aspectos: nascimento, estado civil, naturalidade, formação e atuação profissional, com o objetivo de compreender o contexto da inovação trazida à educação brasileira pelos grupos escolares, ressaltando a exigência de professores qualificados em Curso Normal, ou instituições congêneres para o exercício do magistério e da direção dessas unidades de ensino. O estudo se insere no campo de pesquisa da História da Educação, que nos últimos anos passou por um processo de renovação historiográfica, sendo atualmente denominado de nova história cultural. A abordagem da pesquisa foi a qualitativa e os meios de investigação utilizados foram à pesquisa bibliográfica e a análise documental. O artigo destaca a implantação dos grupos escolares no Brasil um dos aspectos do projeto republicano de modernização da nação e civilização, deu-se especial ênfase na importância das mulheres com o papel docentes na época. Os grupos escolares consistiam em escolas modelares, ministrando o ensino primário completo, utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos da época. Com isso os professores se tornaram heróis anônimos, contribuindo com o enobrecimento da profissão de mestre. Ganhou forças o papel feminino no magistério, sendo ressaltadas suas virtudes, mais afáveis, dóceis, bondosas e terem instintos maternos. Em Goiás a expansão das escolas primárias, na cidade, ocorre a partir da década de 1940. O grupo escolar Lions Anhanguera foi inaugurado em 1969.

Palavras chaves: Grupo Escolar. Perfil Docente. Anápolis.

INTRODUÇÃO

A implantação dos grupos escolares no Brasil foi um dos aspectos do projeto republicano de modernização da nação e civilização das massas. Ganhou concretização no final do século XIX com a implantação em São Paulo e se espalhou por outros estados brasileiros ao longo da primeira república. Em Goiás, os grupos escolares foram instituídos pela Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918. O primeiro grupo criado foi o da Cidade de Goiás, em 1919. E a partir desta data expandiu-se em várias cidades do Estado. Em Anápolis o primeiro grupo escolar foi inaugurado em 1926, como uma unidade escolar estadual. (ABREU; SOUTO, 2015). Depois o governo do estado criou outras unidades na cidade. Nas décadas de 1960 e 1970, o governo municipal também engendrou alguns grupos escolares na cidade. Das criações municipais destacamos o Grupo Escolar Lions Anhanguera, em 1969.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – UniEvangélica

² Pós-Doutora em Educação. Professora na UniEvangélica e na Universidade Estadual de Goiás. Orientadora da Pesquisa



Os grupos escolares representavam a modernização em curso no país, ou seja, a das escolas de excelência, com prédios escolares próprios, mobiliário e material didático, professores qualificados, com formação em Curso Normal o que lhes garantia melhor remuneração e a possibilidade de uma educação de qualidade, já que, a educação durante o período imperial foi marcada pela “pouca” qualidade do ensino e pela falta de formação e qualificação dos professores, uma vez que existiam poucos cursos Normais no país. (SOUZA, 1998).

No contexto da inovação trazida à educação brasileira pelos grupos escolares, ressaltamos a exigência de professores qualificados em Curso Normal, ou instituições congêneres para o exercício do magistério e da direção dessas unidades de ensino. Assim, estabelecemos como objetivo desta pesquisa analisar o perfil das professoras do grupo Escolar Lions Anhanguera, no período entre 1969 e 1974. O período delimitado para a pesquisa justifica-se pelo fato de a primeira data ser o ano de fundação da unidade de ensino e a segunda o último ano em que a unidade de ensino pesquisada que funcionou como grupo escolar, já que a partir desta data passou a ser uma escola de 1º grau, oferecendo de 1ª a 8ª série, deixando, portanto, de ser grupo escolar. Ressaltamos que o corpo administrativo e docente do grupo escolar no período estudado foi composto exclusivamente por mulheres.

O tema deste estudo se insere no campo de pesquisa da História da Educação, que nos últimos anos passou por um processo de renovação historiográfica, sendo atualmente denominado de nova história cultural. O processo de renovação historiográfica implicou na ampliação do uso de fontes para a escrita da História da Educação, bem como em sua problematização. A abordagem da pesquisa foi a qualitativa e os meios de investigação utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A análise documental foi realizada a partir da legislação educacional (federal, estadual e local) e especialmente, a análise dos dados de um caderno que continha o currículo das professoras do grupo escolar Lions Anhanguera de 1969 a 1974.

A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL E EM GOIÁS

No período imperial, em Goiás, quando faltava pessoal competente para ensinar, era nomeado para o cargo de professor a pessoa que fosse católica, com boa conduta moral, boa caligrafia, que sabia escrever razoavelmente a língua portuguesa e conhecia pelo menos as quatro operações de aritmética. Sendo difícil encontrar todas essas



qualidades em só uma pessoa, o que mais pesava era a conduta moral. Com a chegada da República, esses requisitos foram aniquilados, restando a questão moral (BRETAS, 1991). Havia uma necessidade de regeneração da nação, de educação popular, povo alfabetizado para participação política (eleições diretas), em outras palavras, a educação tinha papel fundamental na formação intelectual e moral da sociedade, era o poder redentor da educação (SOUZA, 1998). E coube aos grupos escolares exercer esse papel redentor no Brasil republicano.

Os grupos escolares consistiam em escolas modelares, ministrando o ensino primário completo, utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos da época. Estabeleceu-se para essas unidades escolares, o método de ensino intuitivo. Pela primeira vez surge a escola como lugar, ou seja, exige-se para o seu funcionamento o edifício-escolar (SOUZA, 1998).

Os primeiros grupos escolares implantados no Brasil foram em São Paulo, em 1893. Eles inauguraram uma nova modalidade de instrução primária com ensino simultâneo³ e intuitivo⁴ com agrupamento dos alunos em um único edifício-escolar separados por idades, classes e series. O programa de ensino foi inicialmente o mesmo para demais escolas primárias, enriquecido e enciclopédico, com a inclusão de novas matérias e procedimentos didáticos. Assim, foram criados vários grupos escolares por todo Estado de São Paulo, alargando cada vez mais o ensino público (SOUZA, 1998).

³ O método de ensino simultâneo foi criado por São João Batista de La Salle (1651-1719), visando atender um grande número de alunos separados em classe conforme o grau de desenvolvimento. Em outras palavras, consiste em instruir ao mesmo tempo todos os alunos de uma só classe. (CASTANHA, 2017; MENEZES; SANTOS, 2001).

⁴ O método de ensino intuitivo generalizou-se, na segunda metade do século XIX, nos países da Europa e das Américas, como principal elemento de renovação do ensino, juntamente com a formação de professores. Ficou conhecido como o método do ensino popular por ser considerado, entre os educadores, como o mais adequado à educação das classes populares. Valorizando a intuição como elemento essencial do conhecimento, o método se divide em três graus: a intuição sensível, a intuição intelectual e a intuição moral. A intuição sensível é considerada como a primeira etapa do método, conhecida no ensino primário e nos jardins de infância sob a denominação de lições de coisas, consiste em ensinar as crianças a observar: ver, sentir, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, para depois conhecer, ou seja, educar os sentidos para depois exercê-los. A segunda forma de intuição – a intelectual – consiste no desenvolvimento da inteligência por meio do raciocínio, da abstração e reflexão, ultrapassando a intuição sensível. A intuição moral ocupa o terceiro grau no desenvolvimento do ensino intuitivo e consiste em educar a criança quanto nos aspectos morais e sociais. No Brasil o método atingiu seu apogeu com as reformas republicanas da instrução pública, a partir de 1890, as quais consolidaram o ensino intuitivo na escola primária graduada, nos jardins de infância e na escola normal. O método representou, juntamente com a formação de professores, um dos principais elementos da difusão da escolarização das classes populares nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, no Brasil. (SCHELBAUER, 2020).



O grupo escolar constituiu, no campo de trabalho e de produção, uma identidade profissional, uma identidade pedagógica e social, formadora de um corpo profissional especial. O magistério primário, se tornava uma profissão digna, reconhecida e edificante, estabelecendo a valorização social do professor primário. Surgiu também uma nova categoria profissional: o diretor. Os grupos escolares foram responsáveis pela nova organização do trabalho e distribuição interna do poder dentro da escola. Os professores tinham papel importantíssimo, no período republicano, pois, o sucesso da escola renovada dependia desses heróis anônimos. Isso contribuiu para o enobrecimento da profissão de mestre, consolidando um modo de vida profissional (SOUZA, 1998).

Nesse período o trabalho feminino, no magistério, ganhou força em São Paulo, tendo em vista a necessidade de recrutar um grande número de profissionais na difusão da educação popular. As virtudes femininas foram ressaltadas, no final do Império, elas possuíam maior facilidade de transmitir os conhecimentos aos alunos, por serem mais afáveis, dóceis, bondosas e terem instintos maternos. (SOUZA, 1998).

Em Belo Horizonte, no início do século XX, a escola primária era local de trabalho exclusivo de mulheres, ou seja, o magistério como ocupação feminina. O governo mineiro dava preferência às mulheres, porque acreditava que elas eram competentes e aptas a educar e cultivar o caráter infantil, e aceitavam os reduzidos pagamentos que o Estado podia renumerar. O certo é que as mulheres estavam lutando por seu espaço no mercado de trabalho e os governos as viam com habilidades fundamentais da cultura escolar: o asseio, a higiene, a organização e a adequação de habilidades feminina: dona de casa, esposa e professora. (FARIA FILHO, 2000).

Faria Filho (2000) ao analisar o perfil das professoras de Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX, ressaltou as seguintes características: inteligência, preparo, aptidão didática, moral, boa fama, utilização do método intuitivo, adotar método de leitura, não precisar de assistência técnica e substituta e ser um exemplo tanto na escola como no meio social.

Em Goiás, durante a maior parte do século XIX, manteve-se as escolas masculinas e femininas regidas por homens e mulheres, respectivamente. Mas, as professoras assumiram a regência das escolas mistas no fim do período imperial, por volta de 1876, quando na província de Goiás, os presidentes instituíram as escolas mistas (para meninos e meninas), e estas escolas só poderiam ser regidas por mulheres, por serem consideradas mais aptas ao magistério primário. (ABREU, 2006)



Catalão foi a primeira cidade em Goiás a manifestar o desejo de ter um grupo escolar, porém como a própria capital do Estado ainda não possuía, seu desejo foi prorrogado. Assim, o primeiro grupo escolar foi construído na cidade de Goiás, a capital do Estado, isso em 1919. O grupo escolar passou a funcionar em um prédio do liceu onde funcionava a escola normal, pois já tinham dois professores atuando, bastando nomear apenas mais dois para completar o quadro de quatro professores, sendo a exigência mínima para manter um grupo escolar. (BRETAS, 1991).

As primeiras cidades a recorrer à implantação dos grupos escolares foram Catalão, Bonfim (hoje Silvânia) e Rio Verde, essas por suas vezes queriam estalar os prédios públicos de grupos escolares em seus municípios. Mas como foi dito anteriormente, Catalão foi o primeiro município a pleitear o grupo escolar, porém cansado de esperar pelo Estado, sabendo que o mesmo não tinha como construir um prédio no município, adquiriu uma casa velha, reformando-a e adaptando-a com quatro salas desiguais para aulas, apresentando ao Governo, quatro nomes de professores. Os dirigentes pensavam que, por ser a primeira cidade a pleitear o grupo escolar, seria logo aprovado. Porém, a solicitação não foi aceita pois os professores não eram normalistas diplomados, passando Catalão a procurar professores normalistas nas cidades vizinhas em Goiás, dando preferência ao sexo masculino para o cargo de diretor. Já Bonfim e Rio Verde, construíram prédios próprios e apresentaram quatro nomes de professores normalistas diplomados, tendo as solicitações aprovadas em 1919, porém a instalação se deu apenas 4 anos depois, juntamente com a instalação do grupo escolar de Catalão, em 1923 (BRETAS, 1991).

Em 1930 o Estado já tinha 18 grupos escolares que funcionavam por conta do governo; no final de 1931 contava com 20 grupos ao todo, o ensino em Goiás estava estruturado. Nas décadas de 40 e 50 os municípios pequenos tinham um grupo escolar e os maiores possuíam dois, os professores nomeados eram normalistas diplomados e eram mantidos pelo governo, porém, com o crescimento da rede escolar veio a falta dos professores diplomados. Então nomearam professores leigos, fazendo assim cair a qualidade do ensino no Estado (BRETAS, 1991).

Como foi dito anteriormente os grupos escolares foram instituídos pela Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918, do Estado de Goiás (Reforma João Alves de Castro e Americano do Brasil), que organizou o ensino primário em Goiás e estabeleceu a conduta dos professores que seriam efetivos, interinos e substitutos, sendo que os efetivos e interinos, seriam nomeados pelo presidente do Estado e os substitutos pelos inspetores



escolares. Só poderiam ser professores efetivos os titulados e portadores de diplomas de escola normal e os interinos com dez anos de serviço escolar. Os professores teriam como requisito básico comprovação de idoneidade moral. (Art. 9 a 12) (GOIÁS, 1918).

O GRUPO ESCOLAR EM ANÁPOLIS

A instrução primária em Anápolis, teve início no século XIX, com a criação das escolas de primeiras letras masculina e feminina⁵ em 1873 e 1891, respectivamente. (ABREU 2006). A partir desse período, houve na cidade, expansão das escolas primárias públicas – estaduais e municipais –, tanto conveniadas quanto particulares (confessionais e não confessionais). Do final do século XIX às primeiras décadas do século XXI, muitas escolas (públicas e privadas) foram criadas e outras extintas⁶. (ABREU, 2020). Com o Decreto Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (também conhecido como Lei Orgânica do Ensino Primário), os estabelecimentos de ensino primário foram designados de escola isolada, escolas reunidas, grupo escolar⁷ e supletivo (BRASIL, 1946). As duas escolas isoladas da cidade foram extintas com a criação do grupo escolar Dr. Brasil Caiado (1926)⁸, e os alunos das referidas escolas foram matriculados na nova unidade de ensino. (ABREU; SOUTO, 2015).

A expansão das escolas primárias, na cidade, ocorre a partir da década de 1940, período que houve a expansão e consolidação do capitalismo industrial monopolista no Brasil e a inserção de Goiás à economia capitalista nacional. Neste contexto, houve o crescimento de atividades comerciais, bancárias, médicos hospitalares, de imprensa e educacionais. O campo educacional foi marcado pela criação de escolas, públicas e privadas, em diferentes modalidades: primárias, secundárias, normais e superiores (ABREU, 1997; ABREU, 2020).

⁵ As escolas de primeiras letras foram instituídas no Brasil por meio do Decreto-Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, como unidade de ensino elementar, divididas em escolas masculinas e femininas regidas por professores e professoras respectivamente. (BRASIL, 1827). Essas unidades de ensino eram denominadas de escolas de primeiras letras masculina ou feminina, acompanhada do nome da localidade. Caracterizavam-se como escolas isoladas. Foram extintas, do sistema educacional brasileiro com a Lei. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

⁶ Atualmente, a secretaria municipal de ensino de Anápolis (SEMED) possui 61 (sessenta e uma) escolas de ensino fundamental dessas, 55 (cinquenta e cinco) são públicas e 06 (seis) conveniadas confessionais, sendo 05 (cinco) de cunho protestante e 01 (uma) católica. (ABREU, 2020).

⁷ As escolas isoladas possuíam uma só turma de alunos, entregue a um só professor. As escolas reunidas eram constituídas de duas ou quatro turmas e o número correspondente de docentes. Os grupos escolares eram compostos por cinco ou mais turmas de alunos e o número superior ou igual de docentes. (ABREU; JANSEN, 2017).

⁸ O Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado em 1931, passou a ser denominado de Grupo Escolar “24 de Outubro” e em 1949, Grupo Escolar Antensina Santana e atualmente Colégio Estadual Antensina Santana. (ABREU; SOUTO, 2015).



No cenário de expansão das escolas primárias em Anápolis, destacamos nas décadas de 1960 e 1970, a criação dos grupos escolares. Segundo Abreu (2020), os grupos escolares criados nessas décadas por meio da rede municipal de ensino foram: Grupo Escolar São José do Operário, em 1961, atual escola municipal Eurípedes Almeida Martins; Grupo Escolar n. 2, Zita Duarte, em 1966, atual escola municipal Rosevir Ribeiro de Paiva; Grupo Escolar Anhanguera, em 1969, objeto de estudo desta investigação, e atualmente denominado de escola municipal Lions Anhanguera; Grupo Escolar Pioneiro JK, em 1969, hoje, a escola municipal Tasso Barros Vilela; Grupo Escolar São Jorge, em 1970, atual escola municipal Edinê Rodrigues.

Os grupos escolares foram extintos no Brasil com a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. No entanto, em Goiás os grupos escolares funcionaram até o ano de 1974. A partir de 1975, foram transformadas em escolas de 1º grau, atendendo as prescrições da referida lei.

O grupo escolar Lions Anhanguera de 1969 até os dias atuais recebeu várias denominações. Em 1975, passou a ser chamado de Centro de Ensino Anhanguera em 1985 teve duas denominações: Centro de Ensino de 1º Grau Anhanguera e Escola Municipal de 1º Grau; em 1986, Escola Municipal Anhanguera e em 2008, Escola Municipal Lions Anhanguera. (ABREU, 2020).

O PERFIL DAS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR LIONS ANHANGUERA

A investigação sobre o perfil das professoras do grupo escolar Lions Anhanguera incidiu sobre os seguintes aspectos: nascimento, estado civil, naturalidade, formação e atuação profissional, no período de 1969 a 1974, como já foi dito anteriormente.

As professoras do grupo escolar Lions Anhanguera, nasceram entre as décadas de 1910 e 1950, nas seguintes proporções: 2,4% na década de 1910; 4,8% na década de 1920; 2,4% na década de 1930; 39% na década de 1940; 49% na década de 1950 e 2,4% não foi possível identificar na documentação analisada a data de nascimento.

Tomando por base o ano de 1974 e a data de nascimentos das professoras, 2,4% estavam na faixa etária dos 60 anos de idades; 4,8%, 50 anos de idade; 2,4%, 40 anos de idade; 39%, 30 anos de idade; 49%, 20 anos de idade. Comparando a idade das docentes, verificou-se a mais velha tinha 60 anos de idade e a mais nova 20 anos de idade, revelando discrepância entre as faixas etárias das professoras. Mas, foi possível verificar que a maioria (mais de 90%) eram jovens, estando na faixa etária dos 20 aos 40 anos de idade.



Quanto ao estado civil nos foi possível averiguar que: 56% eram solteiras, 34% casadas, 2% desquitada e 8% não identificou o estado civil na documentação pesquisada. No que se refere à naturalidade: 71% nascidas em Goiás, 19,4% nascidas em Minas Gerais, 2,4% nascidas em Tocantins, 2,4% nascidas em São Paulo, 2,4% nascidas em Pernambuco, 2,4% não foi possível a identificação na documentação analisada. Sobre os aspectos analisados podemos afirmar que as professoras do grupo escolar Lions Anhanguera eram em sua maioria solteiras e goianas, embora o número de professoras casadas fosse significativo, 34%.

A análise sobre a formação das professoras incidiu sobre os cursos: primário, secundário (ginasial e colegial/científico), curso normal, superior e outras formações.

Os dados sobre o curso primário revelaram que: 34,3% estudaram em escola confessional católica, 9,4% em escola confessional protestante, 14,6% em escola pública e 41,4% não foi possível identificar as unidades de ensino onde realizaram o curso primário. Os dados sobre o ensino primário revelaram que a maioria fez o curso primário em escola católica, em segundo lugar aparece a escola pública e em terceiro lugar escola protestante, embora a documentação analisada não informasse o tipo de instituição que 41,4% dos professores cursaram o ensino primário.

Sobre o curso ginasial: 29,2% fizeram em escolas confessionais católicas, 2,4% em escolas confessionais protestantes, 46,1% fizeram em escola pública, e 22,3% não foi possível identificar o tipo de instituição em que estudaram. Diferentemente do ensino primário, a maioria fez o 1º ciclo do ensino secundário em escola pública, sendo que em segundo lugar a aparece a escola católica e em terceiro em escola protestante.

Tomando como base o ensino público e o privado, verificamos que: a maioria das professoras fizeram o curso primário em escolas particulares confessionais, já o ginásio e o curso normal, a maioria, em escola pública. Como pode ser verificado nos dados relativos ao curso normal: 21% escola confessional católica, 2,4% escola confessional protestante, 43,9% escola pública e 32,7% não foi possível identificar a escola estudada. Todas as professoras do grupo escolar Lions Anhanguera eram normalistas, uma vez que para ser professor de grupo escolar, esse era um requisito básico presente na legislação educacional goiana⁹.

⁹ Decreto n. 8.538, de 12 de fevereiro de 1925; Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930; Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz, de 1937 e Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz, de 1949.



Ressaltamos que 24,3% das professoras do grupo escolar Lions Anhanguera possuíam curso superior, sendo que 2,4% delas estavam no curso de direito, 7,4% no primeiro ano básico da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, em Anápolis, 2,4% no curso de pedagogia, 4,9% no curso de história, 2,4% no curso de letras, 2,4% no curso de economia na FACEA e 2,4% não informou qual estava cursando, e todos foram realizados na Associação Educativa Evangélica, como o nome já informa uma instituição confessional de cunho protestante. É significativo que 24,3% dos professores tenham curso superior e 75,7% não foi possível identificar esse item. Inferimos que não possuíam curso superior, já que na época, essa não era uma exigência para o exercício do magistério no grupo escolar.

No que se refere a outras formações só 14,5% declararam sobre essas formações, das quais 7,3% fizeram o quarto ano pedagógico, uma complementação do curso normal, 2,4% curso de inglês, 2,4% o clássico (uma modalidade do ensino secundário) e 2,4% o 1º complementar.

Sobre a vida profissional das professoras do grupo escolar Lions Anhanguera foi possível identificar as suas atuações em escolas rurais e urbanas, em outros grupos escolares, além do Lions Anhanguera, escolas de inclusão (para alunos com necessidades especiais), em ginásios, cargos de gestão (diretora), administrativo (secretária) e supervisora escolar e também as que tiveram a primeira experiência profissional como docente no grupo escolar Lions Anhanguera.

A documentação analisada nos permitiu verificar a experiência profissional de apenas 76% das professoras pesquisadas, das outras 24%, não temos nenhuma informação sobre o exercício profissional além do realizado no grupo escolar Lions Anhanguera. Nesse sentido, inferimos que, os 24% sem informação de exercício profissional, pode revelar que o trabalho como docente no grupo escolar Lions Anhanguera seja a primeira experiência profissional destas professoras no magistério.

Somando as professoras que não apresentaram nenhuma experiência profissional na documentação analisada (e que consideramos que o magistério no Lions Anhanguera foi a primeira experiência profissional na educação), com as que declararam como única/primeira experiência profissional, a exercida no Lions Anhanguera, estas totalizam 36,5% das professoras. Uma quantidade significativa de professoras exercendo a docência no Lions Anhanguera pela primeira vez, a isso acrescentamos o fato de 49% das professoras estarem na faixa etária de 20 anos, ou seja, com um número significativo de



professoras jovens, o que pode justificar que o fato de estarem iniciando a vida profissional no grupo escolar Lions Anhanguera.

Outro aspecto relevante sobre a vida profissional das professoras do grupo escolar Lions Anhanguera, consiste no fato de que algumas delas já tinham experiência profissional no magistério, antes de trabalharem no grupo escolar Lions Anhanguera.

Veamos a atividade profissional atual das professoras na época. 7,3% lecionavam no pré, 19,7 % no 1º ano inicial, 7,3% no 2º ano, 7,3% no 3º ano, 2,4% no 4º ano. 2.4% na 1ª série do I grau, 2.4% na 2ª série do I grau, 2.4% na 3ª série do I grau, 2.4%, 12,2% no supletivo I etapa, 7,3% no supletivo II etapa, 2,4% atuavam como diretora, 2,4% como secretária e 24,5% não informou. Também foi possível identificar o ensino para jovens e adultos com o supletivo, mostrando que o grupo escolar Lions Anhanguera, estava aderindo às novas leis.

Assim, em análise ao perfil das professoras no grupo escolar Lions Anhanguera, foi possível ver a inovação da educação brasileira com o avanço dessas mulheres, das quais, mesmo a maioria sendo nova e algumas tendo sua primeira experiência na docência através do grupo, puderam escrever sua história no novo tempo de modernização da nação e civilização de Anápolis. Do mesmo modo, as professoras mais experientes superaram e ultrapassaram as barreiras do comodismo e se adequaram a presente legislação goiana, se tornando todas normalistas do grupo escolar Lions Anhanguera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil das professoras da década de 60 e 70, do grupo escolar Lions Anhanguera foi realizado através da análise um documento que continha o currículo das docentes da instituição de 1969 até 1974. Período em que a unidade de ensino funcionou como grupo escolar oferecendo o ensino primário. Depois desse período, a escola adequou-se à lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, passando a oferecer o ensino de 1º grau, composto por 8 (oito) séries anuais e deixando de ser, portanto uma instituição de ensino primário, consequentemente um grupo escolar.

A análise documental revelou que eram todas mulheres que trabalhavam no grupo escolar, sendo a maioria professoras jovem, solteiras e goianas, normalistas, e algumas cursando o ensino superior, embora a legislação da época não exigisse esse nível de escolaridade para o exercício do magistério primário, o que demonstra que as professoras do grupo escolar Lions Anhanguera eram mulheres de vanguarda, afrente de seu tempo.



Mesmo havendo discrepância entre as faixas etárias das professoras, pressupõe-se que todas enfrentaram dificuldades com as novas mudanças, pois estavam acostumadas com escolas isoladas, com a pouca qualidade de ensino e a falta de formação e qualificação dos professores no período Imperial. Surgiu então, o período republicano, no qual houve a necessidade de mudanças no ensino brasileiro, ou seja, a alfabetização do povo para participação das eleições diretas era um alvo a ser alcançado. Assim, os grupos escolares representariam a inovação da educação no país, uma modernização, na qual as professoras do Lions Anhanguera precisaram adequar, superando suas dificuldades e receios, sendo isso demonstrado com louvor em análise do perfil das mesmas.

Conforme a data do ano da inauguração do grupo escolar Lions Anhanguera (1969) foi possível identificar que as professoras em análise de perfil, foram as pioneiras do grupo, as primeiras a ensinarem com os métodos simultâneo e intuitivo, modernos métodos pedagógicos da época, em um dos primeiros grupos criados em Anápolis. Marcaram assim, suas histórias na educação no período republicano, na cidade de Anápolis e no grupo escolar Lions Anhanguera, com seus registros guardados no documento em análise. Verdadeiras heroínas anônimas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” e a difusão do protestantismo em Anápolis**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

ABREU, Sandra Elaine Aires de. As escolas públicas municipais de Anápolis/GO: criação, denominação e denominadores (1940-2013). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v.10, n.2 p. maio/ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/fronteiras/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ABREU, Sandra Elaine Aires de; SOUTO, Déborah Aires. O grupo escolar Antensina Santana: criação, denominação e a arquitetura escolar, **Revista Linhas**, Florianópolis, v.16, v. 30, p.49-84, jan./abr. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/4144-17425-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/4144-17425-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

ABREU, Sandra Elaine Aires de; RIBEIRO, Diogo Jansen. A criação de escolas primárias em Anápolis entre 1848 e 1957. In: REIS. M.B de F; LIMA. S.C. (org.). **Pesquisas em educação e linguagem**. Anápolis: UEG, 2017.



BRASIL. Decreto-Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. **Coleção das Leis do Brasil**. Rio de Janeiro: Typogrtaphia Nacional. t.1827.

BRASIL. **Decreto-lei n.8.529, de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 4.026, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.024%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961.&text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bas es%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a\)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=%C3%80%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20seus%20filhos.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.024%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961.&text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bas es%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=%C3%80%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20seus%20filhos.) Acesso em: 15 jun. 2020.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF-UFG. (Coleção Documentos Goianos, 21). 1991

CASTANHA, André Paulo. Os métodos de ensino no Brasil do século XIX. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.4 [74], p.1054-1077, out./dez. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/8651232-Texto%20do%20artigo-35450-2-10-20180216%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/8651232-Texto%20do%20artigo-35450-2-10-20180216%20(1).pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república**. Passo fundo: UPF. 2000.

GOIÁS. **Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918**. Organiza o ensino primário em Goiás.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes método simultâneo. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/metodo-simultaneo/>>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas).

SCHELBAUER, Analete Regina. **Método de ensino intuitivo**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo2.htm . Acesso em: 15 jun.2020.